



PARTE D

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão (extrato) n.º 309/2017

Processo n.º 515/17

6 — Em face do exposto, decide-se:

a) Nada haver que obste a que as coligações entre o CDS-PP (Partido Popular) e o PPM (Partido Popular Monárquico), constituídas com a finalidade de concorrerem às eleições autárquicas a realizar em 1 de outubro de 2017, com a sigla CDS-PP.PPM e o símbolo constante do anexo ao presente Acórdão, adotem as denominações referenciadas no n.º 1 do presente Acórdão;

b) Determinar a anotação das coligações referenciadas no n.º 1 do presente Acórdão, procedendo-se à publicação, passagem de certidão e notificação previstas nos n.ºs 2 e 4 do artigo 18.º da LEOAL.

Lisboa, 14 de junho de 2017. — *Lino Rodrigues Ribeiro* — *Fernando Vaz Ventura* — *Catarina Sarmento e Castro* — *Pedro Machete* — *João Pedro Caupers*.

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional (<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20170309.html?impressao=1>)

310592349

Acórdão (extrato) n.º 314/2017

Processo n.º 532/17

6 — Decisão

Nestes termos, decide-se:

a) Nada haver que obste a que as coligações entre o Partido Social Democrata (PPD/PSD) e o CDS — Partido Popular (CDS-PP) constituídas com a finalidade de concorrerem às próximas eleições autárquicas, com a sigla PPD/PSD.CDS-PP e o símbolo constante do anexo ao presente acórdão, adotem as denominações referenciadas no n.º 1 do presente Acórdão, em relação à eleição de todos os órgãos autárquicos a realizar nos concelhos aí indicados;

b) Determinar a anotação das coligações referidas no n.º 1 do presente Acórdão, procedendo-se à publicação, passagem de certidão e notificação previstas nos n.ºs 2 e 4 do artigo 18.º da LEOAL.

Lisboa, 21 de junho de 2017. — *Maria Clara Sottomayor* — *Gonçalo Almeida Ribeiro* — *Maria José Rangel de Mesquita* — *Joana Fernandes Costa* — *Manuel da Costa Andrade*.

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional (<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20170314.html?impressao=1>)

310594763

TRIBUNAL DE CONTAS

Direção-Geral

Aviso (extrato) n.º 7910/2017

Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público que o Senhor Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, José de Castro de Mira Mendes foi desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilção, com efeitos a 01 de março de 2017, com o escalão 1, índice 260.

6 de março de 2017. — O Diretor-Geral, *José F. F. Tavares*.

310584735

Aviso (extrato) n.º 7911/2017

Pelo Despacho do Presidente do Tribunal de Contas n.º 18/2017-GP, de 23 de junho — Nos termos do artigo 74.º, n.º 1, alínea m), da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, no artigo 11.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de novembro e no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de

15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nomeada Chefe de Divisão do *Departamento de Arquivo, Documentação e Informação* (DADI), em comissão de serviço por três anos, com efeitos a partir de 28 de junho de 2017, a Técnica Superior Alexandra Luísa Rocha Pinto.

Junta-se nota curricular da nomeada.

23-6-2017. — O Diretor-Geral, *José F. F. Tavares*.

Nota Curricular de Alexandra Luísa Rocha Pinto

1 — Licenciatura em História, ramo de formação educacional, pela Faculdade de Letras de Lisboa, com a média final de 14 valores.

2 — Pós-Graduação em Ciências Documentais — variante de Arquivo, com a média final de 16 valores.

3 — Inventariação de bens culturais móveis, na área de Fundos Arquivísticos, do distrito de Faro, dentro do Programa de Inventariação de Bens Culturais Móveis, efetuado pela Secretaria de Estado da Cultura em 1991/92.

4 — Reorganização do Arquivo Corrente, da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA, de setembro de 1994 a novembro de 1995.

5 — Reorganização do arquivo corrente e organização e avaliação do arquivo intermédio da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses no ano de 1996.

6 — Desempenho de atividades no Arquivo Histórico e Centro de Documentação do Tribunal de Contas, de outubro 1996 a fevereiro de 1998.

7 — Exercício de funções na Divisão de Arquivo da Câmara Municipal de Loures, de março de 1998 a outubro de 2001.

8 — Desde novembro de 2001, exercício de funções técnicas no Departamento de Arquivo, Documentação e Informação da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

9 — Nomeada Chefe de Divisão do Departamento de Arquivo, Documentação e Informação, em 28 de junho de 2011.

10 — Participação em diversos congressos, seminários e ações de formação.

310589522

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

Despacho (extrato) n.º 6173/2017

Determino, ao abrigo do disposto no ponto n.º 3 do Despacho de 14.01.2005 de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Judiciária, e com referência ao preceituado no artigo 54.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, a renovação da nomeação em regime de comissão de serviço da escritã auxiliar Sónia Cristina Martins Correia, com efeitos reportados a 01 de junho de 2017.

20 de junho de 2017. — O Juiz Desembargador Presidente, *Rui Fernando Belfo Pereira*.

310592073

Despacho (extrato) n.º 6174/2017

Determino, ao abrigo do disposto no ponto n.º 3 do Despacho de 14.01.2005 de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Judiciária, e com referência ao preceituado no artigo 54.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, a renovação da nomeação em regime de comissão de serviço da escritã-adjunta Conceição dos Anjos Rodrigues Cortinhas, com efeitos reportados a 16 de junho de 2017.

20 de junho de 2017. — O Juiz Desembargador Presidente, *Rui Fernando Belfo Pereira*.

310592105

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extrato) n.º 6175/2017

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 22 de junho de 2017, foram renovadas as comissões

de serviço para o exercício de funções como Assessores no Supremo Tribunal de Justiça, dos Exmos. Juizes de Direito Dr. Nelson Marco Basílio Barra, Dra. Carla Cristina Ribeiro Mendonça, Dra. Cláudia Alexandra Silva Santos Cartaxo Cid da Ponte, Dr. José Maria de Almeida Gonçalves, Dra. Sónia Maria Fernandes da Luz Sousa Bártole Almeida Cunha, Dra. Diana Rute Campos Martins, Dra. Regina Leal Torres Bicho e Dr. Nuno Filipe de Sousa Pinheiro Coelho, por um ano, com efeitos a 01 de setembro de 2017.

23 de junho de 2017. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

310590964

Despacho (extrato) n.º 6176/2017

Por despacho do Exmo. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 30 de junho de 2017, no uso de competência delegada, é o Exmo. Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Paulo Armínio de Oliveira e Sá, desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilização.

30 de junho de 2017. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

310610298

Despacho (extrato) n.º 6177/2017

Por despacho do Exmo. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 04 de julho de 2017, no uso de competência delegada, é o Exmo. Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Fernando Nunes Ribeiro, desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilização.

4 de julho de 2017. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

310614559

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Despacho (extrato) n.º 6178/2017

Nos termos do n.º 6 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, conjugados com o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 1 de janeiro, na sua redação atual, foi por despacho de 10 de abril de 2017, de Sua Excelência a Ministra da Justiça, na sequência de proposta formulada pela Exma. Conselheira Procuradora-Geral da República, designado em regime de substituição com efeitos a 1 de maio de 2017 e até conclusão do procedimento concursal a desenvolver pela CRESAP, no cargo de secretário-adjunto dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, o mestre Rui Nuno Almeida Dias Fernandes, cuja nota curricular se publica em anexo.

22 de junho de 2017. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito Teixeira*, Procurador da República.

Rui Nuno Almeida Dias Fernandes

Data de nascimento: 19/07/1969

Nacionalidade Portuguesa;

Habilitações Literárias:

Mestre em Gestão (1999) — Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa;

MBA (1997) — Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa;

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas (1993) — Católica Lisbon — Universidade Católica Portuguesa;

Experiência Profissional:

Desde 1 de maio de 2017 — Secretário-adjunto da Procuradoria Geral da República

De 1 de agosto de 2014 a 30 de abril de 2017 — Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português do Mar e da Atmosfera;

1 de junho de 2012 — a 31 de julho de 2014 — Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, em substituição;

De 1 de janeiro de 2011 a 31 de maio de 2012 — Diretor de Serviços de Apoio Administrativo da Procuradoria-Geral da República;

De 1 de setembro de 2006 a 31 de dezembro de 2010 — Diretor de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De 20 de julho de 2004 a 31 de agosto de 2006 — Chefe de Divisão de Gestão Financeira da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De 1 de março de 2003 a 19 de julho de 2004 — Assessor económico e financeiro do Gabinete da Ministra da Justiça (XV Governo Constitucional);

De 24 de junho de 2002 a 28 de fevereiro de 2003 — Assessor económico e financeiro do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça (XV Governo Constitucional);

De 27 de novembro de 1995 a 23 de junho de 2002 — Técnico Económico na Direção-Geral dos Impostos;

De 1 de outubro 1993 a 26 de novembro 1995 — Auditor externo na empresa Arthur Andersen & Co. — Auditoria e Consultoria;

Experiência Profissional Docente:

De 2000 a 2015 — Professor Auxiliar Convidado na Escola de Economia e Gestão da Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades.

Formação Profissional:

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (2001) — Instituto Nacional de Administração (INA).

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (2009) — Programa de Formação em Gestão Pública — INA

Seminário de Alta Direção (2005) — INA

310585829



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Regulamento n.º 365/2017

Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso e Ingresso na ESEnCVPOA

Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, o Presidente do Conselho de Direção da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis (ESEnCVPOA), faz publicar, o Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso e Ingresso na ESEnCVPOA, para a frequência do 1.º Ciclo de Estudos do Curso

de Licenciatura em Enfermagem, aprovado pelo Conselho Técnico-Científico em reunião de dois de maio de 2017.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto e Âmbito

O presente regulamento aplica-se ao 1.º Ciclo de Estudos do Curso de Licenciatura em Enfermagem da ESEnCVPOA e regula os concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior, adiante designados concursos especiais.